



EDITAL DE SELEÇÃO PARA MONITORIA

A Chefe do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em conformidade com a Resolução 06/12 do Conselho Acadêmico de Ensino da Universidade Federal da Bahia, torna pública a **SELEÇÃO DE MONITORIA**, observando-se as regras do presente Edital:

1. DAS VAGAS

Será oferecida **02 (duas) vagas** para monitoria da disciplina **DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO (DIR 061)**, turma ministrada pela professora **JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA**, no semestre 2024.1, às sextas-feiras e aos sábados, das 08:50 às 12:30, **SEM concessão de bolsa auxílio e com certificado expedido pela Pró-Reitoria de Graduação da UFBA.**

2. DAS ATRIBUIÇÕES DO MONITOR:

2.1. São atribuições do monitor:

- I - participar da elaboração do plano de trabalho da monitoria com o(s) professor(es) responsável(is);
- II - interagir com professores e alunos, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;
- III - auxiliar o professor na realização dos trabalhos práticos, na preparação de material didático e em atividades de classe.

2.2. É vedado ao monitor o exercício da docência e de quaisquer atividades de caráter administrativo, de julgamento de verificação de aprendizagem e supervisão de estágio.

2.3. O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a UFBA.

3 – DAS OBRIGAÇÕES DO MONITOR:

3.1. São obrigações do monitor:

- I – exercer as suas tarefas conforme plano de trabalho elaborado juntamente com o(s) professor(es) orientador(es);
- II - cumprir 12 (doze) horas semanais de atividades de monitoria, distribuídas de acordo com o planejamento estabelecido com o(s) professor(es) orientador(es), respeitada sua vida acadêmica, de forma a não prejudicar o horário a que estiver obrigado a cumprir como discente, dos componentes curriculares nos quais se encontra matriculado;
- III - apresentar ao professor orientador relatório global de suas atividades, contendo uma breve avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que desenvolveu suas atividades.

4. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO:

4.1. Os candidatos à seleção para monitores deverão cumprir os seguintes requisitos:

I - estar regularmente matriculado no curso de Graduação em Direito da UFBA.

II – ter cursado, com aprovação, a disciplina **DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO**.

5. DO PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO

5.1. As inscrições estarão abertas no período de **01/03/24 a 14/03/24**, e serão realizadas mediante a remessa dos documentos necessários para os seguintes endereços eletrônicos: **joseane.suzart@outlook.com**; **departamentos.fdufba@ufba.br**; **direitoprivado@ufba.br**.

5.2. O requerimento de inscrição deverá estar instruído com os seguintes documentos:

- a) carteira de identidade,
- b) CPF,
- c) histórico escolar com autenticação digital;
- d) comprobatórios das atividades e títulos que serão objeto de julgamento na prova de títulos.

5.3. Os requerimentos de inscrição serão apreciados pelos examinadores e, caso não atendam ao disposto nas normas deste edital, indeferidos, sendo remetida correspondência eletrônica para o respectivo candidato, bem como será divulgada pela Internet a lista dos admitidos para a participação no certame.

5.4. O prazo para o aluno recorrer, mediante requerimento motivado, da decisão que indeferir a sua inscrição, é de até 24 (vinte e quatro) horas após a remessa da correspondência eletrônica para o interessado.

6. DO PROCESSO SELETIVO

6.1. A seleção constará de:

- a) Prova oral
- b) Prova de títulos

6.1.1. Primeira Fase (eliminatória e classificatória): consistirá em uma exposição oral com duração máxima de 20 minutos, à qual será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), acerca do ponto a ser sorteado pelo próprio candidato entre os constantes do anexo I.

6.1.2.1. - A ordem de apresentação dos candidatos será objeto de sorteio, a ser realizado no dia da prova oral, logo após a verificação de presença.

6.1.2.2 – Será eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer ou chegar atrasado ao sorteio do ponto e ao horário de realização da sua prova oral.

6.1.2.3. - Além dos examinadores, apenas terceiros estranhos ao processo poderão assistir às exposições dos candidatos.

6.1.2.4. - A atribuição de nota levará em consideração, entre outros aspectos, o domínio do tema, a adequação do vocabulário, a postura, a clareza de raciocínio, bem como a capacidade de verbalização e de comunicação do candidato.

6.1.2. Segunda Fase (classificatória) – consistirá na apreciação dos documentos comprobatórios das atividades e títulos apresentados no ato da inscrição, que serão julgados e pontuados de acordo com o BAREMA (anexo II)

7. DO CALENDÁRIO

7.1. O processo seletivo seguirá o seguinte calendário:

7.1.1. Sorteio da ordem de apresentação na prova oral - **dia 15/03/24, às 17:30 h.**

7.1.2. Prova oral - **15/03/24, a partir das 17:30 h.**

7.1.3. Divulgação do resultado final – **dia 15/03/24.**

7.2. Eventuais alterações nas datas acima serão divulgadas com, no mínimo, 03 (três) dias de antecedência.

7.3. As salas onde serão realizadas as provas serão divulgadas no ato da seleção, pois dependerá da disponibilidade da Faculdade de Direito da UFBA.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Os examinadores deverão atribuir notas de 0 (zero) a 10 (dez) em cada fase do processo seletivo.

8.2. A nota final de cada fase consistirá na média aritmética da nota dos examinadores.

8.3. Para efeito de cálculo da média final, a prova oral terá peso 9 (nove) e o julgamento dos títulos terá peso 1 (um).

8.4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete).

8.5. Apurada a média final, caso ocorra empate entre dois ou mais candidatos, será classificado em melhor colocação aquele que tiver o maior Coeficiente de Rendimento.

8.6. Prevalecendo o empate, o desempate deve ser feito em favor do candidato que tiver sido aprovado no maior número de disciplinas do curso de direito.

8.7. O candidato melhor classificado que não puder ou optar por não assumir a monitoria, perde sua vaga em favor do candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Perderá automaticamente a bolsa, o monitor que se graduar ou aquele que não cumprir as obrigações para as quais foi selecionado, conforme avaliação do professor responsável.

9.2. Havendo desistência, a substituição do monitor poderá ser feita até a metade do período do projeto (semestral ou anual), através da convocação de candidato aprovado no processo seletivo, seguindo-se a ordem de pontuação, ou mediante nova seleção, caso não haja mais candidatos habilitados.

9.3. Ao término do semestre, o professor orientador emitirá parecer avaliativo, com a respectiva nota, sobre as atividades desempenhas pelo monitor que, após aprovado em reunião do Departamento de Direito Público, deverá ser encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação até 30 dias após o encerramento do período letivo relativo, acompanhado do relatório do bolsista.

9.4. O bolsista que obtiver nota igual ou superior a sete e tiver cumprido, ao menos, setenta e cinco por cento do período previsto fará jus ao Certificado de Monitoria, a ser expedido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

1) Dos Direitos do Consumidor; 2) Da Política Nacional das Relações de Consumo; 3) Da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos; e da proteção da saúde e da segurança; 4) Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço; 5) Da responsabilidade pelo vício do produto e do serviço; e da decadência e da prescrição.

Bibliografia Sugerida:

Legislação, doutrina e jurisprudência atinentes à matéria.

ANEXO II – PROVA DE TÍTULOS

TÍTULO	VALOR DO TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Artigos e/ou monografias jurídicas publicadas em revistas	0,75 por artigo	3,0
Participação em grupos de estudos ou pesquisa (nos últimos 4 anos)	0,5 por semestre	1,5
Participação em atividades de extensão no âmbito da Universidade. (nos últimos 4 anos)	0,5 por semestre	1,5
Aprovação em processo seletivo para estagiário ou monitor.	0,25 por aprovação	0,5
Estágio, na qualidade de estudante de direito, em escritório de advocacia ou em órgão público.	0,25 p/semestre completo de estágio	0,5
Participação em cursos jurídicos extracurriculares com carga horária de, no mínimo, de 24 horas (nos últimos 3 anos).	0,25	1,0
Participação em cursos extracurriculares com carga horária de, no mínimo, de 24 horas. (nos últimos 4 anos)	0,20	1,0
Participação em congressos, simpósios e seminários com carga horária superior a 12 horas. (nos últimos 4 anos)	0,20	1,0
Atuação junto à Associação Baiana de Defesa do Consumidor – ABDECON como sócio estudante (mínimo de 12 meses)	0,75 por semestre	1,5
Atuação junto à Associação Baiana de Defesa do Consumidor – ABDECON como integrante de coordenações ou da presidência do Conselho Diretor (mínimo de 12 meses)	0,75 por semestre	1,5
Participação em Grupos de Estudos e Pesquisas de Direito das Relações de Consumo	0,75 por cada Grupo de Estudos e Pesquisas	1,5

Salvador, 26 de fevereiro de 2024.

Andréa Presas Rocha
Chefe do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da UFBA



Emitido em 26/02/2024

EDITAL Nº 221/2024 - DDPRIV/FADIR (12.01.22.06)

(Nº do Protocolo: 23066.010690/2024-21)

(Assinado eletronicamente em 27/02/2024 05:18)

ANDREA PRESAS ROCHA

CHEFE - TITULAR

DDPRIV/FADIR (12.01.22.06)

Matrícula: ###785#0

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **221**, ano: **2024**, tipo: **EDITAL**, data de emissão: **26/02/2024** e o código de verificação: **0c1eb016e4**